

«Associação Portuguesa de Psicogerontologia»

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2013

(O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173)

ÍNDICE GERAL

Conteúdo

ÍNDICE GERAL	1
RESUMO QUADROS	3
«Balanco».....	4
«Demonstração dos Resultados por Naturezas».....	5
«Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais 2013».....	6
«Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais 2013».....	7
«Demonstração dos Fluxos de Caixa».....	8
Anexo às Demonstrações Financeiras.....	9
31 de Dezembro de 2013.....	9
NOTA INTRODUTÓRIA	10
NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	10
NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	10
3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO.....	10
3.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE.....	11
3.1.2 - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO.....	11
3.1.3 - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO.....	11
3.1.4 - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO.....	11
3.1.5 – COMPENSAÇÃO.....	11
3.1.6 - INFORMAÇÃO COMPARATIVA.....	12
3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO.....	12
3.2.1 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	12
3.2.2 - ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	13
3.2.3 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	13
3.2.4 - RECONHECIMENTO DO RÉDITO.....	13
3.2.5 - LOCAÇÕES.....	13
3.2.6 - TRANSACÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA.....	13
NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA.....	14
4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.....	14
4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.....	14
NOTA 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.....	14
5.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DE UMA NCRF-ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:.....	14
5.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS. ...	14
5.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.....	15
5.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES.....	15
NOTA 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	15
NOTA 7. RÉDITO.....	15
NOTA 8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	16
NOTA 9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	16
NOTA 10. OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	16
NOTA 11. OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	16
NOTA 12. FORNECEDORES.....	16
NOTA 13. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	17

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

NOTA 14. OUTROS GASTOS E PERDAS	17
NOTA 15. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	17
NOTA 16. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIO	18
NOTA 17. OUTRAS INFORMAÇÕES.....	18
NOTA 18. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	18

RESUMO QUADROS

Quadro Anexo n.º 1 - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

Quadro Anexo n.º 2 - QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Quadro Anexo n.º 3 – INFORMAÇÃO RELATIVA A ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Quadro Anexo n.º 4 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Quadro Anexo n.º 5 – FORNECEDORES

Quadro Anexo n.º 6 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Quadro Anexo n.º 7 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Quadro Anexo n.º 8 – JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Quadro Anexo n.º 9 – SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

«Balanço»

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em euro	
		PERÍODOS	
		2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....		120,99	120,99
		120,99	120,99
Activo corrente:			
Estado e outros entes públicos.....		4,98	0,39
Outros activos correntes.....		700,00	6.618,66
Caixa e depósitos bancários.....		9.346,54	7.171,68
		10.051,52	13.790,73
Total do Activo		10.172,51	13.911,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos.....		99,76	99,76
Reservas		6.093,30	8.806,11
		6.193,06	8.905,87
Resultado líquido do período.....		1.179,45	76,72
Total do fundo de capital		7.372,51	8.982,59
Passivo:			
Passivo corrente			
Fornecedores.....		0,00	373,91
Estado e outros entes públicos.....		0,00	367,78
Diferimentos.....		2.400,00	0,00
Outras contas a pagar.....		400,00	4.187,44
		2.800,00	4.929,13
Total do passivo		2.800,00	4.929,13
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10.172,51	13.911,72

«Demonstração dos Resultados por Naturezas»

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2013	2012
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....		7.319,29	5.720,00
Subsídios, doações e legados à exploração.....		4.600,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos.....		-10.699,30	-5.194,61
Outros rendimentos e ganhos.....		19,85	1,55
Outros gastos e perdas.....		-60,39	-450,22
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.179,45	76,72
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.179,45	76,72
Juros e rendimentos similares obtidos.....		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados.....		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		1.179,45	76,72
Imposto sobre o rendimento do período.....		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.179,45	76,72

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

«Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais 2013»

Montantes expressos em EUROS

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	1	99,76	0,00	9.631,14	0,00	0,00	0,00	0,00	-825,03	8.905,87	0,00	8.905,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção do referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do exced. revalor. AFT e AI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exced. revalor. AFT e AI e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos FP		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								76,72	76,72	0,00	76,72
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								76,72	76,72	0,00	76,72
OPERAÇÕES C/INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	-825,03	0,00	0,00	0,00	0,00	825,03	0,00	0,00	0,00
	5	0,00	0,00	-825,03	0,00	0,00	0,00	0,00	825,03	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2012	6=1+2+3+5	99,76	0,00	8.806,11	0,00	0,00	0,00	0,00	76,72	8.982,59	0,00	8.982,59

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

FP = Fundos Patrimoniais

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

«Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais 2013»

Montantes expressos em EUROS

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	6	99,76	0,00	8.806,11	0,00	0,00	0,00	0,00	76,72	8.982,59	0,00	8.982,59
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção do referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do exced. revalor. AFT e AI		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exced. revalor. AFT e AI e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos FP		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								3.579,45	3.579,45	0,00	3.579,45
RESULTADO EXTENSIVO	9-7-8								3.579,45	3.579,45	0,00	3.579,45
OPERAÇÕES C/INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	-2.712,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-76,72	-2.789,53	0,00	-2.789,53
	10	0,00	0,00	-2.712,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-76,72	-2.789,53	0,00	-2.789,53
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	6+7-8+10	99,76	0,00	6.093,30	0,00	0,00	0,00	0,00	3.579,45	9.772,51	0,00	9.772,51

Legenda:

AFT = Activo Fixo Tangível

AI = Activo Intangível

FP = Fundos Patrimoniais

«Demonstração dos Fluxos de Caixa»

Montantes expressos em EUROS

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de Clientes		7.319,29	5.720,00
Pagamentos a Fornecedores		11.073,21	5.194,61
Pagamentos ao Pessoal		0,00	0,00
Caixa gerada pelas operações		-3.753,92	525,39
Pagamento/Recebimento de imposto sobre o rendimento		-4,59	-27,07
Outros recebimentos/pagamentos		8.703,05	677,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		4.944,54	1.176,06
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a :			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de :			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		19,85	1,55
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		19,85	1,55
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de :			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a :			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio		2.789,53	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-2.789,53	0,00
Variação de Caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)			
		2.174,86	1.177,61
Efeito das diferenças de câmbio			
		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período			
		7.171,68	5.994,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
		9.346,54	7.171,68

**Anexo às Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2013**

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Portuguesa de Psicogerontologia foi constituída a 14 de Setembro de 2000 com sede na Travessa do Torel, nº 1, 1150-347, Concelho de Lisboa, e tem como actividade a investigação e desenvolvimento das ciências sociais e humanas.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Regime de normalização contabilística para entidades do sector não lucrativo previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.4 - A entidade adoptou as NCRF-ESNL pela primeira vez em 2011.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com a estrutura conceptual e as normas contabilísticas e de relato financeiro aplicáveis, com o objectivo de proporcionar aos seus utentes uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira, do desempenho (resultados) e das alterações na posição financeira da empresa (fluxos de caixa e alterações dos capitais próprios).

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

3.1.1 - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2 - PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3 - CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4 - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

3.1.5 – COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido por uma NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

3.1.6 - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que uma NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2. – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, excepto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.2.2 - ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com actividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

Os activos intangíveis considerados como tal no normativo anterior (POC) foram desreconhecidos de acordo com a “NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro”, no exercício anterior.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.2.3 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Associação Portuguesa de Psicogerontologia por ser uma entidade sem fins lucrativos, está isenta de pagamento de imposto sobre os lucros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

3.2.4 - RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

3.2.5 - LOCAÇÕES

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

3.2.6 - TRANSACÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros, sendo o euro a moeda funcional e de apresentação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

As transacções em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Entidade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transacções. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao justo valor denominados em moeda estrangeira são actualizadas às taxas de câmbio das datas em que os respectivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são actualizadas.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos ou recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua natureza (operacional, investimento e financiamento) no período em que são geradas.

NOTA 4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 – COMENTÁRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO.

Não existem valores de Caixa nem de Depósitos bancários que apresentem restrições de uso na data do balanço.

4.2 – DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis. A caixa e seus equivalentes em 31/12/2013 detalha-se conforme se segue:

“Quadro Anexo n.º 1”

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

	Montantes expressos em EUROS			
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	750,45	0,00	30,42	720,03
Depósitos à ordem	1.616,55	24.839,14	24.133,86	2.321,83
Outros depósitos bancários	4.804,68	12.000,00	10.500,00	6.304,68
Total de caixa e depósitos bancários	7.171,68	36.839,14	34.664,28	9.346,54

NOTA 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

5.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DE UMA NCRF-ESNL COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da aplicação inicial de uma NCRF-ESNL.

5.2 – ALTERAÇÃO VOLUNTÁRIA EM POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR (SENDO IMPRATICÁVEL DETERMINAR A QUANTIA DE AJUSTAMENTO) OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

5.3 – ALTERAÇÕES EM ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS COM EFEITO NO PERÍODO CORRENTE OU QUE SE ESPERA QUE TENHAM EFEITO EM FUTUROS PERÍODOS.

Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

5.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.

NOTA 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2012 e em 31/12/2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

“Quadro Anexo n.º 2”

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

DESCRIÇÃO		Montantes expressos em EUROS						Total
		Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
1	Quantia bruta escriturada inicial	0,00	0,00	0,00	0,00	2.762,75	0,00	2.762,75
2	Depreciações acumuladas iniciais	0,00	0,00	0,00	0,00	2.641,76	0,00	2.641,76
3	Quantia líquida escriturada inicial (3 = 1 - 2)	0,00	0,00	0,00	0,00	120,99	0,00	120,99
4	Movimentos do período: (4 = 4.1 - 4.2 + 4.3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1	Total das adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adições	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2	Total das diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições	Depreciações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3	Outras transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	Quantia líquida escriturada final (5 = 3 + 4)	0,00	0,00	0,00	0,00	120,99	0,00	120,99

NOTA 7. RÉDITO

No ponto 3.2.4 deste anexo, estão relatados os critérios que a Entidade entende como obrigatórios para o reconhecimento do rédito. São eles, quando o rédito pode ser razoavelmente mensurável; quando seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros; e os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos.

Em Maio do presente exercício económico, a Fundação Montepio concedeu um donativo de € 7.000,00 (sete mil euros) à A.P.P. A Fundação Montepio tem como fins “a promoção do Mutualismo, da Economia Social e o desenvolvimento da pessoa humana”, e com este donativo pretende ajudar a A.P.P. a suportar os gastos correntes de funcionamento durante doze meses na prossecução da sua missão de Instituição Particular de Solidariedade Social que é. Deste modo, em 2013, do valor global do donativo foram reconhecidos ganhos de € 4.600,00 (quatro mil e seiscentos euros), ficando os restantes € 2.400,00 (dois mil e quatrocentos euros) na rubrica rendimentos a reconhecer em 2014.

Ao abrigo do protocolo celebrado, em 1 de Outubro de 2012, com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e a Fundação Montepio, a A.P.P. recebeu em 2013 a quantia de € 5.579,29 (cinco mil quinhentos e setenta e nove euros e vinte e nove cêntimos) da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a título de patrocínio das Edições 2012 e 2013 do Prémio Envelhecimento Ativo Dr.ª Maria Raquel Ribeiro. O rendimento do patrocínio destina-se a suportar

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

os gastos com a organização da 1ª e 2ª Edição do Prémio, mais concretamente nos gastos com medalhas comemorativas, diplomas, publicidade e honorários do designer.

NOTA 8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade dispõe de instrumentos financeiros, nomeadamente:

[“Quadro Anexo n.º 3”](#)

INFORMAÇÃO RELATIVA A ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

DESCRIÇÃO	Montantes expressos em EUROS				
	Mensurados ao justo através de resultados (1)	Mensurados ao custo amortizado (2)	Mensurados ao custo (3)	Imparidade acumulada (4)	Por memória: Reconhecimento inicial (5)
Activos financeiros:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros:	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	0,00	0,00	400,00	0,00	0,00

NOTA 9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O saldo do Estado e Outros Entes Públicos no exercício económico de 2013 é o seguinte:

[“Quadro Anexo n.º 4”](#)

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

DESCRIÇÃO	Montantes expressos em EUROS	
	2013	2012
Activo	4,98	0,39
Retenção de Impostos sobre o rendimento	4,98	0,39
Passivo	0,00	367,78
Retenção de Impostos sobre o rendimento	0,00	367,78

NOTA 10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo de outras contas a receber, € 700,00 (setecentos euros), no exercício económico de 2013.

NOTA 11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

O saldo de outras contas a pagar, € 400,00 (quatrocentos euros), no exercício económico de 2013.

NOTA 12. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores no exercício económico de 2013 é o seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

“Quadro Anexo n.º 5”

FORNECEDORES

DESCRIÇÃO	Montantes expressos em EUROS	
	2013	2012
Fornecedores:	0,00	373,91
conta corrente *		
- Fornecedores gerais	0,00	373,91

NOTA 13. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O saldo de fornecimentos e serviços externos, € 10.699,30 (dez mil cento e seiscentos e noventa e nove euros e trinta cêntimos), no exercício económico de 2013 é constituído por:

“Quadro Anexo n.º 6”

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

CONTAS	DESCRIÇÃO	Montantes expressos em EUROS	
		2013	2012
62	Fornecimentos e serviços externos	10.699,30	5.194,61
622	Serviços especializados	9.177,08	5.051,81
6221	Trabalhos especializados	800,00	400,00
6222	Publicidade e propaganda	121,47	20,91
6224	Honorários	8.200,01	4.550,00
6227	Serviços bancários	55,60	80,90
623	Materiais	294,34	0,00
6233	Material de escritório	294,34	0,00
626	Serviços diversos	1.227,88	142,80
6262	Comunicação	14,15	0,00
6263	Seguros	18,17	22,80
6268	Outros fornecimentos e serviços "Organização Prémio"	1.195,56	120,00

NOTA 14. OUTROS GASTOS E PERDAS

O saldo de outros gastos e perdas, € 60,39 (sessenta euros e trinta e nove cêntimos), no exercício económico de 2013 é constituído por:

“Quadro Anexo n.º 7”

OUTROS GASTOS E PERDAS

CONTAS	DESCRIÇÃO	Montantes expressos em EUROS	
		2013	2012
68	Outros gastos e perdas	60,39	450,22
681	Impostos	0,39	0,00
6811	Impostos directos	0,39	0,00
688	Outros	60,00	450,22
6881	Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	390,22
6883	Quotizações	60,00	60,00

NOTA 15. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Invertendo a tendência dos últimos dois anos, nas contas de “Outros rendimentos e ganhos”, em 2013 houve um aumento dos rendimentos provenientes de juros, comparativamente com o ano anterior.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

“Quadro Anexo n.º 8”

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Montantes expressos em EUROS			
CONTAS	DESCRIÇÃO	2013	2012
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	19,85	1,55
791	Juros obtidos		
7911	De depósitos	19,85	1,55

NOTA 16. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIO

Em Maio do corrente exercício, a Fundação Montepio deu um donativo no valor de € 7.000,00 (sete mil euros) à Associação Portuguesa de Psicogerontologia. De acordo com o descrito na NOTA 7 RÉDITO deste Anexo, foram reconhecidos, em 2013, ganhos no valor de € 4.600,00 (quatro mil e seiscientos euros). A verba recebida tem objectivo de ajudar a A.P.P. a suportar os gastos correntes de funcionamento para o curto prazo (doze meses).

“Quadro Anexo n.º 9”

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS

DESCRIÇÃO	Montantes expressos em EUROS			
	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
	(1)	(2)	(3)	(4)
Subsídios relacionados com rendimentos à explora	0,00	0,00	4.600,00	4.600,00

NOTA 17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

NOTA 18. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direcção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O ÓRGÃO DE GESTÃO